



Representantes de instituições do governo, de médicos e da sociedade participaram ontem de audiência pública sobre formas de combate ao câncer de mama realizada pela CDH, presidida por Paulo Paim (C)

Estratégias de combate ao câncer de mama

Em debate realizado ontem na CDH, especialistas afirmaram que luta contra a doença será mais eficaz se começar com ações nos municípios. **5**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.442 – Brasília, quarta-feira, 11 de maio de 2011



Plenário aprova mais recursos para construção de moradias



Programa federal Minha Casa, Minha Vida passa a contar com verbas de R\$ 16,5 bilhões até 2014

Novas regras para a segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida foram aprovadas ontem pelo Plenário. Para entregar 2 milhões de moradias até 2014, governo elevou dotação de R\$ 14 bilhões para R\$ 16,5 bilhões. **3**

Alvaro Dias conversa com o presidente José Sarney, enquanto outros líderes e senadores articulam a votação do projeto sobre programa habitacional do governo

Acatados novos ministros do STJ e diretor da Antaq

Indicações feitas pela presidente Dilma Rousseff para o Superior Tribunal de Justiça e agência reguladora foram ratificadas ontem pelo Plenário. **3**

CDH faz audiência pública sobre inspeção do trabalho **2**

Prefeitos fazem nova marcha para pressionar por mais recursos **8**



Indicados ao STJ foram aprovados na CCI, presidida por Eunício Oliveira (2ª à dir.)



Na Comissão de Educação, Gleisi Hoffmann (2ª à dir.) deu voto favorável à aprovação do projeto apresentado por Marisa Serrano (2ª à esq.)

Iniciação esportiva na escola pública pode ter direito a incentivo fiscal

Projeto de Marisa Serrano, aprovado ontem pela Comissão de Educação em decisão ter-

minativa inclui propostas para crianças e jovens carentes na Lei de Incentivo ao Esporte. **4**

Sudeco renasce fraca, afirma senadora **6**

Ministra fala amanhã sobre Código Florestal **7**

Comissão aproveita o 13 de maio para promover debate sobre o tema. Revista do Senado sobre trabalho escravo será lançada durante reunião

CDH celebra 120 anos da fiscalização do trabalho

A INSPEÇÃO DO trabalho no Brasil, que completa 120 anos, é o tema do debate que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, às 9h. O presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), aproveitará para lançar, juntamente com a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), o oitavo número da revista *Em discussão!*, sobre trabalho escravo.

A revista traz um diagnóstico sobre a exploração de trabalhadores em condições degradantes no Brasil, avaliando as ações do governo para combater o problema e as propostas para erradicar o trabalho escravo do país.

O lançamento da revista e o debate marcam ainda a passagem dos 123 anos da Abolição da Escravatura, com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Foram convidados para o debate na CDH o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, o presidente da Força Sindical, deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto Ramos, o presidente



Inácio Cavalcante

Carro onde estavam os três fiscais do trabalho e o motorista assassinados em Unai (MG), em 2004, quando apuravam denúncias de trabalho escravo contra produtores rurais

da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, e o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos.

Fiscais assassinados

A Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego é responsável pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que, com suas equipes de campo, tem como

atribuição identificar o trabalho escravo onde ele estiver, em uma iniciativa que resultou na libertação de cerca de 40 mil trabalhadores nos últimos 16 anos.

Foi em uma dessas ações, em 28 de janeiro de 2004, que três fiscais do trabalho e seu motorista foram assassinados em Unai (MG). Desde 2010, o 28 de janeiro passou a ser o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e é também o Dia Nacional do Fiscal do Trabalho.



Randolfe Rodrigues (C), tendo ao lado a relatora, Marinor Brito, dirige reunião da CPI do Tráfico de Pessoas

Mais rigor contra o tráfico de pessoas

A necessidade de mudanças para adequar a legislação brasileira ao Protocolo de Palermo foi uma das principais sugestões dos participantes da primeira audiência pública da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, realizada ontem. As lacunas na legislação, segundo os especialistas, dificultam a punição dos criminosos.

O Código Penal brasileiro só considera o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Já o protocolo, que trata da prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, prevê outros fins, como o trabalho forçado,

a escravatura, a servidão e a remoção de órgãos. Os participantes da audiência também relataram casos em que o objetivo era a mendicância, o casamento forçado e a adoção.

A coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São Paulo, Anália Ribeiro, lembrou que tramita na Câmara um projeto de lei que busca corrigir essa deficiência da legislação brasileira. Trata-se do PL 2845/03, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) e do então deputado Orlando Fantazzini.

A relatora da CPI, senadora Marinor Brito (PSOL-PA), anun-

ciou que a comissão vai pedir à Câmara a inclusão do matéria na pauta.

– Vamos ao presidente da Câmara, vamos nos reunir com as lideranças partidárias que lá se encontram e pedir, apelar, para que a Câmara coloque na pauta esse assunto de extrema relevância – disse a senadora.

De acordo com os relatos na comissão parlamentar de inquérito, as principais vítimas do tráfico de pessoas são as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Mas, apesar da exploração, muitas vezes as vítimas não se reconhecem dessa forma.

Seminário e catálogo sobre obras raras



Diretora da Biblioteca, Simone Bastos discursa diante de Cícero Lucena, Doris Peixoto, Inácio Arruda e Luiz Viana Neto

Em comemoração dos 185 anos do Senado, foi aberto ontem o seminário Obras Raras e Valiosas: passado e futuro, promovido pela Biblioteca Luiz Viana Filho. A iniciativa busca, entre outros objetivos, exibir ao público exemplares raros de livros de grandes autores brasileiros, além de documentos que ajudam a contar um pouco da história do país. Também ontem foi lançado o *Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho*, que reúne informações sobre 275 obras dos séculos 17 a 19. O evento foi acompanhado pelos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h50 serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Habitação para idoso

14h O Plenário examina, entre as matérias da pauta, projeto que reserva aos idosos pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Presidência Políticas de Gestão e Competitividade

10h30 O senador José Sarney participa da cerimônia de instalação da Câmara de Políticas de Gestão e Competitividade, no Palácio do Planalto; às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Serviço de telecomunicações

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia vota projeto que modifica a Lei Geral de Telecomunicações para obrigar o fornecimento, pelas prestadoras, de serviço para atender pessoas com deficiência auditiva ou de fala.

CAS Direitos das pessoas com câncer

9h Audiência sobre os direitos das pessoas com câncer, com a participação de representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar e do Instituto Nacional de Câncer.

CDH Fiscalização do trabalho

9h A Comissão de Direitos Humanos promove audiência sobre os 120 anos da inspeção do trabalho. Participarão o ministro do Trabalho e os presidentes da Força Sindical e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

CDR Plano diretor para cidades em área de risco

9h30 Entre os itens da pauta, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para votar projeto que torna obrigatória a elaboração de plano diretor para municípios com áreas de risco em seu território.

CCJ PEC das MPs

10h A PEC que altera o rito de tramitação das medidas provisórias está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, que vota ainda projetos que criam varas do Trabalho nos TRTs da 2ª Região (SP) e da 16ª Região (MA).

CE Qualidade do ensino profissionalizante

10h A Comissão de Educação debate propostas para melhorar a qualidade do ensino técnico-profissionalizante. Foram convidados representantes do Ministério da Educação, da CNI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Belo Monte Plano de trabalho da subcomissão

14h Reunião da Subcomissão Temporária das Obras da Usina de Belo Monte, no âmbito da CMA, para aprovar o plano de trabalho do colegiado.

CMA Cronograma para a Copa e as Olimpíadas

14h30 A Subcomissão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 debate o andamento das obras. Entre os convidados, o coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional de São Paulo.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

MP sobre segunda etapa do programa, prevendo construção ou reforma de 2 milhões de moradias até 2014, passa no Senado e segue para sanção

Novas regras para o Minha Casa, Minha Vida

O PLENÁRIO DO Senado aprovou novas regras para a segunda etapa do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Para garantir essa nova etapa, que prevê a construção e a reforma de 2 milhões de moradias até 2014, o governo elevou de R\$ 14 bilhões para R\$ 16,5 bilhões as transferências da União para o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que financia o programa. O Projeto de Lei de Conversão 10/11 (oriundo da Medida Provisória 514/10) segue agora para sanção presidencial.

De acordo com o governo, as mudanças tornam mais claras as regras do programa e os procedimentos para a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Os deputados aprovaram alterações na MP original, entre as quais a redução de dez salários mínimos (R\$ 5.450) para R\$ 4.650 no valor máximo do salário das famílias a serem beneficiadas.

A MP, relatada por Waldemir Moka (PMDB-MS), também beneficia mulheres e famílias chefiadas por mulheres, deixando de exigir a assinatura do cônjuge nos contratos em que elas são beneficiadas. Para que as mulheres sejam contempladas, a renda mensal da família não pode ser maior do que R\$ 1.395. Haverá prioridade de atendimento às



Crivella, Benedito e Sarney: Plenário aprova MP com regras para regularização fundiária de assentamentos urbanos

famílias residentes em áreas de risco, insalubres ou que estejam desabrigadas. Outras prioridades para o atendimento são famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e as que tenham pessoas com deficiência.

Para a implementação do programa, a União concederá subvenção econômica à pessoa beneficiada (que deve ter renda mensal de até R\$ 2.790) no ato da contratação do financia-

mento habitacional, em uma única vez. Realizará ainda oferta pública de recursos para quem vive em municípios com até 50 mil habitantes.

O programa também passou a autorizar o custeio para aquisição e instalação de equipamentos de energia solar ou que contribuam para a redução do consumo de água.

Segundo Waldemir Moka, o texto atende às famílias de bai-

xa renda e em escala suficiente para reduzir o imenso déficit de habitações no país. Além disso, dá ao programa um perfil mais voltado à população carente.

Benedito de Lira (PP-AL) considerou injustas as acusações feitas na gestão passada de que o programa fosse eleitoreiro. "A meta de 1 milhão de unidades em 2010 foi ultrapassada em 5.028 unidades", declarou.

Já Antonio Carlos Valadares

(PSB-SE) afirmou que, com as modificações, crescem as possibilidades de os mais pobres serem atendidos.

A oposição apontou problemas no texto, mas desistiu de alterá-lo para evitar seu retorno à Câmara. Para o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), uma das contradições é a informação de que o projeto aumenta para R\$ 16,5 bilhões as transferências para o programa, quando na verdade houve um corte de R\$ 5,1 bilhões no início do ano, com os ajustes ao Orçamento.

– O governo não está aumentando, está é reduzindo. Essa é a matemática da verdade.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou "deformações" que mereciam ser mais bem observadas pelo governo, como a má construção de casas, que muitas vezes precisam ser demolidas.

Aloysio Nunes (PSDB-SP), por sua vez, cobrou a divulgação de informações detalhadas sobre a quantidade de recursos aplicados e o que foi contratado e executado, além de acompanhamento de metas, a exemplo do que ocorre no México.

Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) avaliou que a meta é tímida para suprir o déficit de 11 milhões de moradias no Brasil. A solução, para ele, está no enfrentamento da crise fiscal.

Acatadas indicações para o STJ e para direção da Antaq

O Senado aprovou ontem as indicações presidenciais dos advogados Ricardo Villas Bôas Cueva, Antonio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os três foram sabatinados de manhã pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Com mestrado em Direito Tributário pela Universidade de Harvard, nos EUA, e doutorado em Direito Tributário Ambiental pela Universidade Johann Wolfgang Goethe, na Alemanha, Ricardo Cueva, de 48 anos, já ocupou vários cargos públicos, eles conselheiro do Cade e procurador da Fazenda Nacional em São Paulo, carreira em que ingressou por concurso público em 1987.

Antonio Ferreira, de 54 anos, é advogado e mestrando em Direito e Políticas Públicas. Iniciou sua carreira como advogado da Caixa Econômica Federal, na qual ocupou vários cargos, o último de diretor jurídico, até agosto de 2010.

Especializado em Direito Público, Sebastião Alves, 46 anos, sempre atuou como advogado, tanto em escritórios como em cargos públicos. Foi chefe da assessoria jurídica da Radiobrás e consultor jurídico do Ministério da Integração Nacional.

Antaq

Também foi aprovada a indicação de Pedro Brito do Nascimento para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).



Presidente da CCJ, Eunício Oliveira (ao microfone), entre os indicados para o STJ

Pedro Brito já comandou a Secretaria de Portos da Presidência da República e foi ministro da Integração Nacional.

A Antaq foi criada pela Lei 10.233/01 para implementar as políticas formuladas pelo Mi-

nistério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit), e ainda regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação terceirizada de serviços em sua área.

Sarney aprova conselho para dados sigilosos

Os ex-presidentes da República podem formar um conselho para colaborar na decisão sobre os níveis de acesso a informações sigilosas de documentos oficiais, afirmou ontem o presidente José Sarney, que considera "uma boa ideia" a sugestão do senador Fernando Collor (PTB-AL) de que os ex-presidentes sejam consultados pela presidente Dilma Rousseff sobre o sigilo de documentos oficiais.

José Sarney disse ainda que a decisão sobre os assuntos a serem considerados sigilosos precisa levar em conta os interesses históricos e culturais da pátria, que está "acima das circunstâncias do tempo".

PEC das medidas provisórias pode obter consenso

Senadores governistas e de oposição podem chegar hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado com um acordo sobre

a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 11/11, a PEC das MPs, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP). A iniciativa muda o trâmite das

medidas provisórias, dando mais prazo ao Senado para analisar essas propostas. Atualmente, a Câmara dos Deputados tem usado quase todo o prazo de 120 dias para a votação desse tipo de matéria.

Ontem à noite, os senadores deveriam resolver de uma vez o impasse criado na CCJ com a apresentação de um substitutivo pelo relator da matéria na comissão, senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Mesmo tendo maioria para rejeição da proposta de Aécio (12 dos 23 senadores), os governistas buscam um acordo para que o projeto seja aprovado com consenso na CCJ.

Paim critica voto secreto no exame de vetos presidenciais

O senador Paulo Paim (PT-RS) condenou ontem a votação secreta de vetos presidenciais pelo Congresso.

Paim lembrou que, nos últimos quatro anos, mais de 2 mil vetos foram apreciados e nenhum foi derrubado. Contrário a qualquer votação secreta no Congresso, Paim disse que é "esfarrapado" o discurso de que essa é uma forma de proteger o parlamentar.

– E por que [os vetos] não foram derrubados? Porque a votação é secreta. O camarada vota de acordo com o apelo popular no momento que o

voto é aberto e, no secreto, ele acaba mantendo o veto. É só checar os números. Se de 2 mil vetos, nenhum foi derrubado, é porque a sacanagem está no voto secreto – afirmou.

A sessão prevista para hoje em que senadores e deputados analisariam cerca de mil vetos acumulados foi cancelada.

No mesmo discurso, Paim informou que, desde 29 de abril, cerca de 2.500 empregados terceirizados da empresa telefônica Oi – contratados pela RM – estão em greve no Rio Grande do Sul, por melhores condições de trabalho e salário.



Aécio Neves (E), autor do substitutivo, conversa com Renan Calheiros

Propostas destinadas a promover a prática esportiva e a inclusão social de crianças e adolescentes que estudam na rede pública, em especial nas comunidades mais carentes, poderão receber incentivos previstos em lei

CE aprova projeto que incentiva iniciação esportiva nas escolas públicas

OS PROJETOS DESTINADOS a promover a iniciação esportiva nas escolas públicas e a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em "comunidades de vulnerabilidade social", poderão contar com os apoios previstos na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/06). É o que estabelece o projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Marisa observou que o Brasil precisa investir no esporte escolar no momento em que se prepara para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Por outro lado, a relatora do Projeto de Lei do Senado 514/09, Gleisi Hoffmann (PT-PR) observou que o primeiro contato das crianças e dos adolescentes com o esporte ocorre justamente no meio escolar.

– Este Parlamento deve sempre apoiar projetos que pretendam melhorar a infraestrutura esportiva para o atendimento estudantil, ou, como no caso do presente projeto, permitir à sociedade civil tornar-se patrocinadora dos projetos esportivos nas escolas da rede pública de todo o país – disse Gleisi, ao defender a aprovação do projeto, que também foi elogiado pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ana Amélia (PP-RS).

Outras propostas

Em outra decisão terminativa da CE, foi aprovado o PLS 54/10, do ex-senador Flávio Arns, que dá a Florestópolis (PR) o título de município-berço da Pastoral da Criança, organismo ligado à Igreja Católica e que atua no amparo a menores carentes e no combate à desnutrição infantil. Ana Rita (PT-ES) afirmou que o projeto "valoriza o trabalho da Pastoral", presente em todo o país, enquanto Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou o trabalho da médica Zilda Arns à frente da Pastoral da Criança.

Três outros projetos foram aprovados pela comissão em decisão terminativa. O PLS 377/05, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), veda a atribuição a bens públicos da União de "nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava". O relator foi Cristovam Buarque. O segundo – Projeto de Lei da Câmara (PLC) 157/10 – confere a Holambra (SP) o título de capital nacional das flores.

O terceiro é o PLC 177/09, que inscreve no livro dos *Heróis da Pátria* os nomes de Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza e Antônio Américo de Camargo Andrade, jovens cujo assassinato por partidários da ditadura de Getúlio Vargas, no centro de São Paulo, foram o estopim para a Revolução Constitucionalista de 1932.



Marisa Serrano (C), autora do projeto, e Gleisi Hoffmann (D), relatora: primeiro contato com o esporte no meio escolar

Creches e pré-escolas pagarão Simples menor

A CE aprovou também, na reunião de ontem, o PLS 481/07 – Complementar, da ex-senadora Patrícia Saboya, que modifica a sistemática e as alíquotas de tributação de creches e pré-escolas enquadradas no Simples Nacional.

O projeto, que contou com o voto favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS), reduz a tributação incidente sobre as atividades de creches e pré-escolas já incluídas no Simples Nacional e permite-lhes um recolhimento mais flexível dos tributos.

Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Paulo Bauer (PSDB-SC) defenderam o tratamento diferenciado garantido pelo projeto às creches e pré-escolas, pela função social que tais estabelecimentos exercem.

Prática da equoterapia pode ser regulamentada

O PLS 264/10, do ex-senador Flávio Arns, que regulamenta a prática da equoterapia, foi aprovado ontem pela CE. A equoterapia, explica o autor, é empregada para o tratamento de lesões neuromotoras de origem encefálica ou medular, doenças ortopédicas, disfunções sensorio-motoras, distúrbios evolutivos, comportamentais, de aprendizagem e emocionais.

Uma equipe de equoterapia terá médico, fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, professor de educação física, pedagogo e profissional de equitação.

Foi rejeitado o PLC 35/10, que proibia a inclusão, em concursos públicos, de conteúdo programático superior ao exigido pelas atribuições a serem desempenhadas.

Incentivo financeiro à alfabetização de maior de 15 anos passa na CAE

Pessoas com idade superior a 15 anos poderão receber incentivo financeiro para frequentar curso de alfabetização, conforme projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 117/06), de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), será examinada terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Relatado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto autoriza a União a criar o programa Incentivo-Alfa para estimular a alfabetização.

O pagamento do incentivo, no valor mínimo de R\$ 350, será efetuado somente à pessoa que concluir o curso de alfabetização com capacidade de ler e escrever. Para habilitar-se ao recebimento do incentivo, o candidato deverá ter cumprido pelo menos três meses de curso, com frequência superior a 85% das aulas.

Pedidos de vista adiaram para a próxima reunião da CAE, no dia 17, a votação de várias matérias, como o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 93/10, que



Relatada por Eduardo Suplicy (E), proposta prevê pagamento no valor mínimo de R\$ 350 a quem concluir o curso

dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis nas escolas de educação infantil e de ensino fundamental.

Ferrovias

A comissão aprovou também requerimentos de audiências públicas, como a destinada a discutir a falta de concorrência no transporte ferroviário. Por sugestão dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), devem ser convidados representantes de usuários, de agência reguladora

e de prestadores de serviços.

Por iniciativa da senadora Ana Amélia (PP-RS), a CAE deve realizar audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para debater os preços dos combustíveis.

Outro requerimento aprovado prevê a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) a fim de discutir a situação do tráfego aéreo no país.

Comissão apura fraudes na merenda escolar

A CE também aprovou ontem três requerimentos da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) relacionados a denúncia do programa *Fantástico*, da TV Globo, sobre problemas na merenda escolar distribuída em escolas públicas. Reportagem veiculada domingo mostrou casos de falta de alimentos e de oferta de comida de má qualidade ou até estragada a alunos de cinco estados.

Os repórteres do *Fantástico* visitaram mais de 50 escolas públicas na Bahia, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte e São Paulo. A matéria apontou a corrupção como uma das causas dos problemas na alimentação escolar e citou empresas que atuam no setor investigadas pelo Ministério Público por fraudes como direcionamento de licitações.

O primeiro requerimento, dirigido ao Ministério da Educação, pede informações sobre número de municípios atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2010, bem como os recursos repassados. Também são solicitados dados sobre a previsão do programa para 2011, a instalação dos conselhos de alimentação escolar nos estados e municípios, e a atuação de nutricionistas e dos centros colaboradores em alimentação e nutrição do escolar.

À Controladoria-Geral da União (CGU), são solicitadas informações detalhadas sobre as auditorias realizadas pelo órgão no âmbito do PNAE. Ao Tribunal de Contas da União (TCU) foi pedido que realize uma auditoria especial no PNAE.

Subcomissão convida FHC para debater políticas sobre drogas

O sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso será convidado a falar no Senado sobre descriminalização do uso das drogas. A sugestão da senadora Ana Amélia (PP-RS) foi aprovada ontem pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A senadora afirmou que a motivação para discutir o tema deve-se à intenção do governo brasileiro de dar tratamento legal diferenciado para traficantes e pequenos usuários de drogas. Na avaliação de Ana Amélia, o tema ainda gera muita polêmica tanto na área médica como na de segurança e, por isso, precisa ser mais bem debatido.

Fernando Henrique Cardoso,

segundo informou a senadora, preside a Comissão Global sobre Políticas das Drogas – uma organização não governamental formada por personalidades internacionais que propõe novas formas de abordagem da questão das drogas. A senadora acredita que FHC poderá dar importante contribuição à comissão, já que tem discutido o tema em fóruns internacionais.

A subcomissão também vai dar continuidade ao ciclo de debates destinado a discutir com especialistas a dependência química e o uso disseminado do crack. Para o quinto painel, serão convidados um psiquiatra e representantes de entidades que estudam os aspectos médicos e sociais envolvidos com o consumo de drogas. As datas ainda não foram marcadas.

Responsabilidade sanitária e SUS na pauta de subcomissão

Responsabilidade sanitária, deficiências do SUS, mercado de planos de saúde, serviços móveis de emergência e condições de atendimento aos pacientes com câncer. Esses são temas que a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde vai discutir em audiências públicas.

Requerimentos com essa finalidade foram aprovados ontem pela subcomissão. As propostas para os debates foram apresentadas pelo presidente do colegiado, senador Humberto Costa (PT-PE), e pelo vice-presidente, senador Eduardo Amorim (PSC-SE).

No biênio 2011-2012, a

subcomissão, que é ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), também vai tratar de temas como organização e gestão do sistema de saúde brasileiro, vigilância sanitária, enfrentamento às emergências e calamidades e condições dos hospitais públicos.

Está prevista ainda a discussão de assuntos relativos às metas de desenvolvimento do milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2009, quando 190 nações se comprometeram a garantir um mundo melhor procurando atingir indicadores mínimos em diversos campos.

Conclusão é dos especialistas que participaram de audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos e pela Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher



Para o médico Ronaldo Corrêa, do Inca (observado pelo senador Paulo Paim), iniciativas das prefeituras são fundamentais

Municípios têm papel estratégico no combate ao câncer de mama

O COMBATE AO câncer de mama começa com ações nos municípios, incentivando o controle do peso e atividades físicas regulares, além de acesso a exames para detecção precoce da doença e tratamento no tempo adequado.

A importância desse protagonismo local foi ressaltada em debate realizado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher.

Para o oncologista Ronaldo Corrêa Ferreira da Silva, do Instituto Nacional de Câncer, iniciativas das prefeituras, com foco nos fatores predisponentes, são fundamentais para evitar o câncer de mama.

Ele reconheceu a necessidade de ampliar o acesso a exames de diagnóstico, mas ressaltou que, além da detecção precoce, a re-

dução da mortalidade depende da oferta de tratamento em tempo hábil.

– Mesmo com investimentos na detecção da doença, é preciso um controle de todo o processo: na convocação da população, nos procedimentos diagnósticos de qualidade, como mamografias, punções e biópsia, e no tratamento adequado e em tempo hábil – disse.

A coordenadora-geral de Média Complexidade da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Maria Inez Gadelha, disse considerar essencial “promover ações para eliminar fatores de risco, como o sedentarismo e o tabagismo”.

– É preciso buscar vida saudável nos municípios, pois a epidemia de câncer nos países ricos está relacionada à obesidade e ao sedentarismo – disse Maria Inez.

Evento mobiliza esposas de prefeitos

Os debatedores elogiaram o evento que reunirá esposas de prefeitos para discutir políticas de enfrentamento do câncer, programado para hoje e promovido pela Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).

A presidente da Femama, Maira Caleffi, explicou que o evento ocorre durante a 14ª Marcha de Prefeitos em Brasília, que começou ontem e termina amanhã.

Para ela, as primeiras-damas podem participar de programas das prefeituras, especialmente de mobilização social e detecção precoce. Maira Caleffi lembra que apenas 10% das mulheres chegam aos hospitais em estágios iniciais da doença (com 90% a 95% de chances de cura), e, para quase metade delas, o diagnóstico acontece com a doença já em estágio avançado.

Segundo a Femama, o número de casos de câncer no Brasil dobrou de 1975 a 2000 e, hoje, 30 mulheres morrem por dia no país.

Ana Rita cobra regulamentação da Emenda 29

Ana Rita (PT-ES) cobrou ontem a regulamentação da Emenda 29, que visa garantir mais recursos para a saúde, ressaltando que essa é uma das principais reivindicações de vários prefeitos e governadores.

O assunto é um dos temas da 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que acontece até amanhã – estima-se que aproximadamente 4 mil prefeitos de todo país já estejam na capital para participar do evento.

– Com a regulamentação, haverá mais recursos para essa área nas três esferas do governo – disse Ana Rita, durante a audiência pública na CDH.

A senadora lembrou que a Emenda 29 determina que os estados gastem com saúde, no mínimo, 12% de sua arrecadação, e os municípios, 15%.

Há mais de um projeto de lei sobre o tema tramitando no

Congresso. Um deles é o PLS 121/07, do ex-senador Tião Viana, que está na Câmara – onde tramita como PLP 306/08. O outro projeto é o PLS 156/07, do ex-senador e hoje governador de Goiás, Marconi Perillo, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Remédios do SUS

O advogado Tiago Farina Matos, diretor jurídico do Instituto Oncoguia, disse que vetos presidenciais desvirtuaram a Lei 12.401/11, sancionada no mês passado, que trata, entre outros assuntos, dos medicamentos oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Matos, um dos dispositivos vetados previa que, se o medicamento (ou tecnologia de saúde) não fosse avaliado em 270 dias (a rigor, o prazo é de 180 dias, prorrogável por mais 90), ele seria automaticamente

incorporado ao SUS até que houvesse a avaliação.

– Isso impediria que a demora na avaliação prejudicasse o paciente – argumentou.

O advogado disse que o outro dispositivo vetado determinava que o “impacto econômico não poderia ser avaliado no processo de incorporação, salvo quando existissem protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas”.



Emenda garante mais recursos nas três esferas de governo, diz senadora



Wellington, ao lado de Moka e Amorim: proteção aos direitos dos cientistas

Wellington Dias quer regras para inibir roubo de patentes

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que as regras para registro de patentes no Brasil estão permitindo a pesquisadores estrangeiros se apropriarem de descobertas feitas por autores nacionais.

O senador pediu apoio ontem, em reunião da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da CAS, para que as regras sobre patentes sejam debatidas e alteradas.

– Estive com vários cientistas e ouvi relatos que me assustaram. Eles se sentem roubados nas patentes de suas pesquisas – comentou.

De acordo com Wellington Dias, o problema ocorre porque a legislação brasileira exige que os estudos sejam previamente publicados, do que se aproveitam alguns fraudadores.

Conforme explicou o senador, somente depois da publicação começam a ser examinados os pedidos de patente, que levam muito tempo para serem concluídos.

Em diversos países, no entanto, as regras asseguram aos interessados uma patente prévia, só abrindo discussão se houver contestação ao pedido.

Reforma Política aprova seus últimos textos

Os senadores da Comissão Especial de Reforma Política encerraram ontem as atividades do colegiado com a aprovação de mais duas propostas: uma sobre sistema eleitoral – com listas fechadas – e a outra

sobre financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais.

A proposta que institui o sistema eleitoral de listas pré-ordenadas nas eleições proporcionais passa agora a tramitar

como uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Já a que institui o financiamento público segue como projeto de lei do Senado.

A comissão já havia aprovado outros nove textos. Dois deles,

sobre a cláusula de desempenho e a fidelidade partidária, tramitarão como projetos de lei do Senado. Os outros sete serão apresentados na forma de propostas de emendas à Constituição.

Sem banco de fomento, Sudeco renasce fraca, alerta Lúcia Vânia

Senadora diz que, sem a criação simultânea de instituição financeira capaz de viabilizar os projetos de desenvolvimento, agência perde eficácia. Dinheiro de fundo constitucional, por exemplo, está fora do alcance



Lúcia Vânia apresentou projeto de lei que cria banco para a região

A SUPERINTENDÊNCIA DE Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) ressurgiu fraca, disse ontem a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). O motivo, explicou, é a não criação simultânea do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO). A Sudeco, portanto, observa a senadora, renasce sem uma agência de fomento ou banco de investimentos que viabilize seus projetos.

Para resolver o problema, Lúcia Vânia apresentou projeto de lei que regulamenta o BDCO. Atualmente a matéria está em exame na Comissão de Desen-

volvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. A senadora se disse otimista sobre a regulamentação do banco, após reunião com Marcelo Dourado, secretário nacional de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional. Porém, informou, a palavra final está com a Casa Civil, que analisa a proposta há um ano.

– Após todos esses anos, após todos os nossos esforços para a recriação da Sudeco e pela garantia de fundos orçamentários que possibilitassem seu ressurgi-

mento, somos surpreendidos por um decreto que cria uma Sudeco estruturalmente deficiente e operacionalmente limitada; uma Sudeco que não conta com uma fonte apropriada de recursos para exercer seu papel de indutor do desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste – reclamou.

A senadora informou que os R\$ 4,6 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) que deveriam estar disponíveis para a Sudeco, na prática, estão fora de seu alcance.



Senador lê notícia da Folha de Boa Vista

Mozarildo: fraude em licitação de alimentos em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou reportagem do jornal *Folha de Boa Vista* sobre denúncia de fraude em um processo licitatório para a compra de alimentos para as secretarias de Educação, Trabalho e Bem-Estar Social e Cidadania de Roraima.

De acordo com a denúncia, feita pelo deputado estadual Flamarion Portela (PTC), a licitação, no valor total de R\$ 33,75 milhões, foi realizada para aquisição de merenda para alunos, alimentação para presidiários e abastecimento de um restaurante popular.

Subcomissão do Nordeste define agenda para reunião de Maceió

A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), aprovou ontem sua agenda para encontro em Maceió, no dia 23. Será a primeira de 11 reuniões nos estados que integram a área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que inclui, além dos estados nordestinos, Minas Gerais e Espírito Santo.

O senador Wellington Dias (PT-PI), presidente da subcomissão, informou que no encontro de Maceió será feito, inicialmente, balanço das obras realizadas nas duas fases do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre os convidados, os ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho; do Planejamento, Miriam Belchior; e o coordenador do PAC no Ministério do Planejamento, Maurício Muniz.

Em seguida, serão apresentadas as ações específicas do PAC em Alagoas. De acordo com Wellington Dias, nessa etapa serão também apresentadas propostas de obras e programas para o desenvolvimento estadual, mesmo que não estejam em andamento.

– Essas obras e programas servirão para subsidiar novas levas do PAC 2 ou a abertura do PAC 3 – afirmou o presidente da subcomissão.

Suplicy elogia Plano Brasil sem Miséria

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) analisou em Plenário o novo programa do governo federal, batizado de Plano Brasil sem Miséria, que pretende tirar da extrema pobreza mais de 16 milhões de pessoas.

O senador informou que, segundo o IBGE, 16.267.197 brasileiros têm renda mensal de apenas R\$ 70 ou menos. Os dados foram obtidos no Censo Demográfico de 2010, acrescentou Suplicy.

O parlamentar paulista também informou que o plano terá três eixos principais: transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

– Eu gostaria também de cumprimentar o governo da presidenta Dilma por assinalar com tanta assertividade o seu propósito de erradicar a pobreza extrema – declarou Suplicy.

Humberto lamenta chuvas em Pernambuco



Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) lamentou ontem os estragos causados pelas fortes chuvas em Pernambuco, onde, de 185 municípios, 56 foram atingidos pelas chuvas, nove dos quais se encontram em estado de calamidade pública e 26, em situação de emergência. Além disso, ressaltou, duas mortes foram registradas em Camaragibe e Jaqueira.

Humberto Costa salientou que é o segundo ano consecutivo em que as chuvas causam estragos em Pernambuco. Famílias afetadas agora ainda se recuperavam das perdas sofridas nas enchentes de 2010.

Flexa cobra novas regras para mineração



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem o governo federal pela “demora” no envio ao Congresso Nacional de um projeto de novo marco regulatório para o setor de mineração. Para ele, o assunto, de grande importância para o país e para seu estado em particular, deveria começar a ser debatido na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) antes mesmo que o Executivo conclua a elaboração do texto.

De acordo com Flexa, o Pará e municípios mineradores do estado precisam receber mais *royalties* do que os pagos atualmente.



Davim apoia paralisação nacional

Planos de saúde aviltam médicos, diz Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) afirmou que as operadoras de planos de saúde desrespeitam os médicos brasileiros. Ele disse que, no último sábado, houve uma paralisação nacional dos médicos que atendem por planos de saúde, em virtude do baixo valor pago a esses profissionais pelas operadoras.

Dias depois, acrescentou o senador, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça proibiu os médicos “de boicotarem planos de saúde e de cobrarem dos pacientes valores adicionais”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Wilson Santiago • Benedito de Lira • João Pedro

* Licenciado por 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Marta Suplicy (D, conversando com Ana Amélia) elogiou decisão do STF sobre união homossexual

Criminalização da homofobia pode ser votada amanhã

A proposta de tornar crime a discriminação por gênero e orientação sexual, assim como contra idosos e pessoas com deficiência, poderá ser votada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) amanhã. A relatora do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/06, senadora Marta Suplicy (PT-SP), apresentou ontem seu parecer, favorável.

Marta fez apenas uma modificação no texto da proposta. Em respeito à liberdade religiosa, garantida na Constituição Federal, Marta excluiu do alcance da lei "os casos de manifestação pacífica de pensamento fundada na liberdade de consciência e de crença". O artigo modificado penaliza, porém, quem "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito".

Caso passe na CDH, o projeto (veja detalhes no texto abaixo) segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se aprovado, para o Plenário.

Preconceito e discriminação se tornam crimes

O PLC 122/06 inclui entre os crimes abrangidos pela Lei 7.761/89 a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, pune a discriminação no trabalho e torna crime "impedir, recusar ou proibir o ingresso ou a permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento, público ou privado, aberto ao público" por motivo de preconceito.

O texto também proíbe a discriminação nas seleções educacionais, recrutamentos ou promoções funcionais ou profissionais e torna crime sobretaxar, recusar, preterir ou impedir a locação, compra, aluguel ou empréstimo de bens móveis ou imóveis por preconceito.

Finalmente, o projeto define como crime "impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público" em virtude de discriminação.

Aprovada pelos senadores, a matéria retornará à Câmara, uma vez que foi modificada por substitutivo da ex-senadora Fátima Cleide (PT-RO), que incluiu também a discriminação contra deficientes e idosos na Lei 7.716/89.

No Plenário, Marta Suplicy classificou ontem como "histórica" a votação Supremo Tribunal Federal (STF) que equiparou, do ponto de vista legal e dos direitos civis, as relações homoafetivas à união estável.

O julgamento e as palavras dos ministros foram não só contundentes em relação à constitucionalidade, mas muito também com palavras que vão além do formal, além de um voto frio. Foram muito carinhosas, falaram de felicidade, de cidadania, de amor, de respeito à vida – afirmou.

Marta lembrou que, há 16 anos, foi a autora do primeiro projeto relacionado ao tema na Câmara e que depois vieram outros, mas nenhum foi votado.

Agressão a homossexuais cresceu em 2010

De acordo com a senadora Marta Suplicy, o número de agressões homofóbicas vinha diminuindo nos últimos anos, mas aumentou em 2010, superando recorde histórico e chegando a 250 notificações em um ano.

No relatório ao PLC 122/06 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora diz que a homofobia é "um mal que aflige de maneira perversa nosso país, reconhecido internacionalmente como um dos que registram os maiores números de assassinatos por orientação sexual".

Em 2003, dados estatísticos apontavam que a cada dois dias uma pessoa era assassinada no Brasil em função de sua orientação sexual. Esse número, por si só, era "absolutamente avassalador" na opinião da senadora.

Nos anos que se seguiram, porém, essa média diminuiu, passando para um assassinato a cada um dia e meio, informou.

Proposta em exame na Câmara dos Deputados tem dispositivos polêmicos, como os que tratam da recomposição da reserva legal e da vegetação na margem dos pequenos rios

Ministra debate amanhã na CMA novo Código Florestal

A MINISTRA DO Meio Ambiente, Izabella Teixeira, vai debater amanhã com os senadores, a partir das 9h, a proposta de reforma do Código Florestal. A reunião faz parte do ciclo de debates sobre o tema promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Em tramitação há 12 anos, o projeto (PL 1.876/99) poderá ser votado hoje pela Câmara dos

Deputados, se houver acordo entre o governo e o relator, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), sobre pontos polêmicos, como a recomposição da reserva legal e da vegetação ao redor dos rios considerados pequenos. Se aprovada, a proposta será enviada ao exame do Senado. A realização dos debates na CMA visa antecipar a discussão na Casa.

Além de Aldo Rebelo, já par-

ticiparam do ciclo de debates representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além do ex-ministro de Agricultura Alysso Paulinelli. A audiência da CMA, que é presidida pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), acontecerá na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

João Pedro: nova legislação deve defender a "floresta em pé"

O senador João Pedro (PT-AM) alertou para a necessidade de o Código Florestal estar comprometido com a preservação da Amazônia e da "floresta em pé", referindo-se à possibilidade de aumento do desmatamento.

Um dos pontos que ainda geram polêmica é a reserva legal, área de mata nativa protegida pela legislação atual. Ela varia de 20% a 80% do tamanho do terreno, dependendo da região.

O Código Florestal deve ser uma lei que interprete as contribuições, as preocupações,

as reflexões dos pesquisadores, da sociedade civil organizada, dos parlamentares que estão trabalhando, do setor produtivo. Na condição de senador do Amazonas, quero chamar a atenção para a importância de o Código Florestal ser uma lei que possa tratar fundamentalmente com muito respeito e com olhar de futuro a floresta amazônica – sugeriu.

Para João Pedro, o relatório de Aldo Rebelo (PCdoB-SP) pende para o lado dos ruralistas: "há uma tendência muito forte do



João Pedro: relatório de Aldo Rebelo pende para o lado dos ruralistas

relator de atender a um setor da nossa economia". O senador afirmou que tratar a natureza de forma predatória é uma mentalidade do século 19.

Ângela pede investigação sobre terra ianomâmi

A senadora Ângela Portela (PT-RR) pediu ontem à Polícia Federal, ao Ministério da Justiça e à Fundação Nacional do Índio (Funai) que verifiquem as



Senadora relata denúncia de invasão de terras indígenas por garimpeiros

irregularidades que estão ocorrendo nas terras ianomâmis.

Ela relatou denúncia da Hutukara Associação Yanomami de que estaria havendo invasão de terras indígenas por garimpeiros, desmatamento de área próxima às terras e falhas do poder público em oferecer serviços de educação e saúde.

Segundo a senadora, a demarcação das terras indígenas em 1992 foi objeto de resistência devido à existência de ouro, cassiterita e minérios estratégicos como nióbio e urânio.

São mais de 96 mil quilômetros quadrados que cobrem os estados do Amazonas e Roraima, onde vivem 19 mil indíge-

nas. A área se estende ainda para a Venezuela, que abriga mais sete mil pessoas.

Tais ocorrências [de minérios] levaram para a região, no final da década de 80, milhares de garimpeiros. Esta invasão deixou muitas sequelas para o meio ambiente e para a saúde dos povos indígenas, que perduram até hoje e justificam a preocupação de suas lideranças com novas invasões – justificou a parlamentar.

Ângela informou que, nos últimos três anos, aumentou a presença de garimpeiros, mas as autoridades da Funai e do Ibama não tomaram as devidas providências.

Ciclo de debates começa com o uso da água

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à Comissão de Relações Exteriores (CRE), realizará este ano diversos debates sobre temas relacionados ao meio ambiente. O primeiro, sobre o uso da água, foi marcado para o dia 19, com a participação de especialistas e representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e de Itaipu Binacional.

O ciclo de debates foi aprovado ontem em reunião que definiu o plano de trabalho da subcomissão, presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O colegiado também pretende promover audiências



Subcomissão dirigida por Cristovam Buarque define série de audiências

públicas sobre produção de alimentos, uso de energia e superação da pobreza. O encontro contou com a presença do presidente de outra subcomissão de acompanhamento da

Rio+20 vinculada à Comissão de Meio Ambiente (CMA), senador João Pedro (PT-AM).

Segundo ele, o objetivo é atuar em conjunto com outras comissões nas quais estejam sendo discutidas questões relacionadas ao meio ambiente.

João Pedro observou ainda que os países que participarão da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20, terão até novembro de 2011 para elaborar as propostas a serem apresentadas no encontro, de 4 a 6 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

O nome da conferência alude aos 20 anos de evento semelhante realizado no Rio (Eco-92).

Aumento do repasse do FPM e de verbas para saúde e educação, royalties do petróleo a todos os estados e municípios, e pagamentos de restos a pagar figuram entre as reivindicações dos cerca de 4 mil prefeitos reunidos na capital federal

Prefeitos marcham a Brasília por mais dinheiro, inclusive do petróleo

CERCA DE 4 mil prefeitos chegaram ontem a Brasília para pressionar a presidente Dilma Rousseff e o Congresso Nacional pelo aumento do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de verbas para a saúde e educação. Eles participam da 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que começou ontem e termina amanhã.

Um dos objetivos da marcha era acompanhar a sessão do Congresso Nacional que seria realizada hoje para apreciar vetos presidenciais. Os prefeitos defendem a derrubada de vetos como o do então presidente Lula à forma de distribuição dos royalties do petróleo entre todos os estados e municípios (Lei 12.351/10).

A regra aprovada pelo Congresso estabelecia que, reservada a parcela destinada à União e aos municípios produtores, a partilha dos royalties seria dividida de acordo com as cotas



O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, fala na 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

Além dos royalties, os prefeitos também devem cobrar uma revisão nos prazos de cancelamento de restos a pagar de 2007, 2008 e 2009, e a

regulamentação da Emenda 29, que estabelece percentuais mínimos de investimentos na área da saúde.

No Senado, está previsto ainda o debate de temas como a reforma política e a reforma

tributária. Segundo o site oficial do evento, os prefeitos devem se reunir amanhã, no Auditório Petrônio Portela, no Senado, para discutir as mudanças propostas sobre os temas por parlamentares no Congresso.

Relatório da LDO recebe emendas até sexta-feira

A apresentação de emendas ao relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012 (PL 2/11) pode ser feita de hoje até sexta-feira. O prazo foi definido ontem, após entrega do documento à Comissão Mista de Orçamento (CMO) pelo relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG). O relatório já está disponível para consulta na página da comissão na internet.

Na próxima semana, o relatório preliminar deverá ser discutido na CMO, que também definirá, após os líderes partidários serem ouvidos, o nome dos relatores setoriais do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, que terá como relator-geral o deputado Arlindo Chinaaglia (PT-SP). A definição dos relatores setoriais deveria ser feita ontem, mas a reunião foi cancelada.

Encaminhado pelo Executivo ao Congresso em abril, o projeto da LDO estabelece o valor dos principais indicadores econômicos, entre eles o do salário mínimo para 2012, fixado em R\$ 616,34. A quantia, que representa um crescimento nominal de 13,1% sobre os atuais R\$ 545, já contempla a regra aprovada pelo Legislativo de que o aumento deve se basear no crescimento da economia em 2010 (7,5%) mais a variação da inflação, projetada em 5,2%.

Segundo a Resolução 1/06-CN, devem constar do relatório preliminar a avaliação dos cenários econômico, fiscal e social do projeto; dos parâmetros que foram utilizados para sua elaboração e das informações constantes de seus anexos; além das regras e critérios que nortearão os trabalhos da relatoria quanto à apresentação e acolhimento das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, o qual determina as ações que não poderão ser contingenciadas.

Lula e Dilma mudaram relação, diz Santiago



Wilson Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) afirmou ontem que o relacionamento da União com os municípios começou a mudar a partir de 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a participação da presidente Dilma Rousseff na Marcha só reforça a intenção de manter aproximação com os prefeitos. Santiago mencionou ainda a importância de ouvir os prefeitos, que têm o relacionamento mais forte com a população.

– Nada mais justo que os prefeitos reivindiquem as necessidades da população – disse o parlamentar, que registrou ainda as dificuldades dos estados e municípios na região do semiárido brasileiro.

Aécio vê Federação muito enfraquecida

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) manifestou sua preocupação com o enfraquecimento da Federação brasileira, causado, em sua opinião, pela ocorrência de um “perverso processo de concentração absurda de receitas tributárias nas mãos da União”.

– Esta não é uma questão de responsabilidade de um governo apenas, faço aqui essa justiça, mas um processo que vem se avolumando ao longo de governos e que se agravou, de forma extremamente expressiva, ao longo dos últimos anos – disse.

Aécio Neves apresentou dados segundo os quais de 2002 a 2010 a fatia de estados e municípios no bolo de receitas tributárias federais caiu de 27% para apenas 19,4%.

Eunício pede liberação de restos a pagar

Ao saudar os prefeitos reunidos em Brasília, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu ontem o pagamento dos chamados restos a pagar de 2009 às prefeituras brasileiras, para não prejudicar obras em andamento. Os restos a pagar se referem a pendências de Orçamentos de anos anteriores e geralmente se referem a emendas parlamentares. A presidente Dilma Rousseff determinou o dia 30 de junho como o prazo máximo para que obras referentes aos restos a pagar de 2009 sejam iniciadas ou contratadas, sem o que o repasse desses valores será cancelado.

– Esse prazo é extremamente exíguo e ameaça vários projetos nas pequenas cidades brasileiras. Se isso acontecer, quem terá grande prejuízo serão as pessoas desses municípios. As pequenas cidades serão extremamente prejudicadas – lamentou Eunício Oliveira.

Walter registra redução de jovens empregados



Walter Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) mencionou pesquisa recente do IBGE que registra queda de emprego entre os jovens de 15 a

17 anos, atribuindo os índices à abertura de oportunidades aos adolescentes como alternativa ao trabalho precoce. De acordo com o senador, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, a redução de jovens empregados nos últimos anos foi de 27%.

– Antes de se mostrarem como um problema, esses números mostram uma verdadeira evolução do quadro social.

Couto celebra queda dos homicídios no PA



Mário Couto

O senador Mário Couto (PSDB-PA) comemorou ontem a redução dos índices de violência no Pará no primeiro quadrimestre deste ano. Ele parabenizou o governador Simão Jatene, de seu partido, e afirmou que o estado está no caminho certo.

De acordo com relatório divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Pará, nos quatro primeiros meses deste ano, foram registrados 928 homicídios, 164 a menos que no mesmo período de 2010 – uma queda de 15%.

Ana Amélia lamenta fábrica fechada no RS

Ana Amélia Lemos (PP-RS) disse ontem que o processo de desindustrialização no Brasil já está ocorrendo, ao citar o exemplo de uma fábrica de calçados que fechou em seu estado, demitindo 800 trabalhadores no município de Parobé, no Vale do Sinos. A fábrica da Azaléia, que tinha 50 anos, era responsável por 30% da receita do município, acrescentou a senadora.

Essa desindustrialização, explicou, é provocada pela falta de competitividade da economia brasileira, agravada por dificuldades com o câmbio e pela ausência de logística adequada.

Vital do Rêgo questiona repasses do Pronasci



Vital do Rêgo

Vital do Rêgo (PMDB-PB) apresentou requerimento para que o Ministério da Justiça esclareça os critérios usados na distribuição de recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Vital disse ter constatado, em planilha de transferências de 2008 a 2010 elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), uma concentração de recursos em apenas três estados – Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo levaram 38% do total de recursos.

Geovani Borges quer valorização de juizes federais



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) pediu mais valorização aos magistrados federais, 90% dos quais aderiram à paralisação promovida pela Associação de Juizes Federais do Brasil (Ajufe), no último dia 27.

– Apesar da paralisação, os juizes continuaram a julgar casos urgentes, como relaxamento de prisão e autorização para fornecimento de remédios – afirmou Geovani Borges, que anunciou que, nos próximos 90 dias, haverá uma assembleia para decidir se entram em greve.